
Prova Cargo A01, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões numeradas de 1 a 100. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

DIREITO CONSTITUCIONAL	
<p>1. Do ponto de vista histórico, o denominado conceito de Constituição liberal foi expresso pela</p> <p>(A) Carta Magna, de 1215.</p> <p>(B) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.</p> <p>(C) Constituição mexicana revolucionária, de 1917.</p> <p>(D) Constituição de <i>Weimar</i>, de 1919.</p> <p>(E) Lei Fundamental de <i>Bonn</i>, de 1949.</p>	<p>6. Dentre os princípios fundamentais da Constituição brasileira é previsto expressamente como fundamento da República a</p> <p>(A) proporcionalidade.</p> <p>(B) imunidade recíproca dos entes federados.</p> <p>(C) moralidade.</p> <p>(D) dignidade da pessoa humana.</p> <p>(E) defesa do consumidor.</p>
<p>2. No tocante à doutrina do poder constituinte, a forma federativa de Estado é, segundo a Constituição brasileira vigente,</p> <p>(A) limitação implícita do poder constituinte originário.</p> <p>(B) baliza circunstancial do poder constituinte decorrente.</p> <p>(C) limitação material do poder constituinte derivado.</p> <p>(D) baliza formal do poder constituinte de revisão.</p> <p>(E) limitação formal do poder constituinte instituído.</p>	<p>7. De acordo com a Constituição, o Conselho Nacional de Justiça</p> <p>(A) possui um Ministro-Corregedor, que é o Ministro do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) deve dar assento ao Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal.</p> <p>(C) é composto por onze membros vitalícios.</p> <p>(D) tem seus membros indicados pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) é órgão do Poder Judiciário.</p>
<p>3. A legislação infraconstitucional editada anteriormente à Constituição de 1988</p> <p>(A) perdeu eficácia 180 dias após a sua promulgação.</p> <p>(B) foi implicitamente revogada e, na seqüência, reprivatizada.</p> <p>(C) continua integralmente válida.</p> <p>(D) foi republicada a fim de ter validade formal.</p> <p>(E) foi recepcionada nos aspectos que não contrariam as novas normas constitucionais.</p>	<p>8. Dentre as vedações a que estão sujeitos os membros do Ministério Público encontra-se a de</p> <p>(A) exercer atividade político-partidária.</p> <p>(B) residir na comarca da respectiva lotação.</p> <p>(C) exercer qualquer outro cargo ou função pública.</p> <p>(D) realizar diligências investigatórias.</p> <p>(E) defender judicialmente os direitos das populações indígenas.</p>
<p>4. A norma constitucional que dispõe que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas é, quanto à aplicabilidade, uma norma</p> <p>(A) auto-executável.</p> <p>(B) incondicionada.</p> <p>(C) programática.</p> <p>(D) condicionada.</p> <p>(E) de eficácia contida.</p>	<p>9. A União, detentora do monopólio sobre a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural,</p> <p>(A) é automaticamente proprietária do solo e dos resultados da lavra desses produtos.</p> <p>(B) poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização dessas atividades.</p> <p>(C) poderá autorizar terceiros a realizar a pesquisa, por prazo indeterminado.</p> <p>(D) não poderá porém comercializar os produtos decorrentes da lavra de minérios e minerais nucleares.</p> <p>(E) deverá atender o princípio da uniformidade.</p>
<p>5. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a interpretação conforme a Constituição</p> <p>(A) não é admitida no sistema brasileiro.</p> <p>(B) pode atribuir ou excluir de uma norma sentido que lhe preserve a constitucionalidade.</p> <p>(C) é admitida apenas em sede de controle concentrado de constitucionalidade.</p> <p>(D) é cabível quando o sentido de uma norma é unívoco.</p> <p>(E) é admitida somente se resultar em redução do texto da norma impugnada.</p>	<p>10. No âmbito das regras constitucionais que tratam do custeio da seguridade social, o princípio da contrapartida significa que</p> <p>(A) deve haver diversidade da base de financiamento.</p> <p>(B) a uniformidade e a equivalência dos benefícios prevalecem sobre a universalidade da cobertura e do atendimento.</p> <p>(C) nenhum benefício ou serviço poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.</p> <p>(D) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios fiscais ou creditícios.</p> <p>(E) o orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência e assistência social.</p>

<p>11. A participação das instituições privadas no sistema único de saúde é</p> <p>(A) vedada, em razão de limitações orçamentárias.</p> <p>(B) obrigatória, tanto para as empresas nacionais quanto para as de capitais estrangeiros.</p> <p>(C) obrigatória, em percentuais fixados pelo Governo, por força do princípio da solidariedade.</p> <p>(D) permitida, de forma complementar, mediante contrato de direito público ou convênio.</p> <p>(E) vedada às instituições com fins lucrativos e às estrangeiras.</p>	<p>15. Na hipótese de prática de conduta tipificada na legislação penal como crime comum, o Presidente da República</p> <p>(A) poderá ser preso em flagrante, em se tratando de crime inafiançável, devendo o assunto ser submetido de imediato à Câmara dos Deputados.</p> <p>(B) ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, após instauração de processo pelo Senado Federal.</p> <p>(C) será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, após admitida a acusação por dois terços dos membros do Congresso Nacional.</p> <p>(D) perderá o mandato e, mediante julgamento do Senado Federal, será inabilitado por cinco anos para o exercício de função pública.</p> <p>(E) não poderá ser responsabilizado, na vigência de seu mandato, em se tratando de ato estranho ao exercício de suas funções.</p>
<p>12. A disciplina constitucional da educação atribui a atuação prioritária no ensino fundamental e médio</p> <p>(A) às instituições privadas de ensino.</p> <p>(B) à União.</p> <p>(C) aos Municípios.</p> <p>(D) às entidades de confissão religiosa.</p> <p>(E) aos Estados e ao Distrito Federal.</p>	<p>16. Considera-se mecanismo de controle repressivo de constitucionalidade atribuído pela Constituição ao Poder Legislativo</p> <p>(A) a resolução do Congresso Nacional que suspende, com eficácia retroativa, os efeitos de norma declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) o parecer elaborado pelas Comissões de Constituição e Justiça das Casas legislativas no curso do processo legislativo.</p> <p>(C) a competência para eleger os membros do Conselho de Defesa Nacional indicados pelo Presidente da República.</p> <p>(D) a sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.</p> <p>(E) a possibilidade de rejeição do veto do Presidente da República a projetos de lei e propostas de Emenda à Constituição.</p>
<p>13. Visando defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição permite</p> <p>(A) a diminuição da integridade do patrimônio genético do País.</p> <p>(B) o sigilo dos estudos prévios de impacto ambiental de obras potencialmente poluidoras.</p> <p>(C) a imposição de sanções penais a pessoas jurídicas que provocarem lesão ao meio ambiente.</p> <p>(D) a dispensa de recuperação da área degradada por parte do infrator.</p> <p>(E) a desocupação imediata das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.</p>	<p>17. Deputado Federal eleito para dois mandatos consecutivos, brasileiro naturalizado, com 30 anos de idade e domicílio eleitoral em Belo Horizonte, filiado a partido político, pretende candidatar-se a Governador do Estado de Minas Gerais, nas próximas eleições. Nesse caso, a pretendida candidatura do Deputado Federal</p> <p>(A) é viável, mantidas as condições atuais, pois preenche os requisitos de elegibilidade pertinentes ao cargo de Governador.</p> <p>(B) somente será possível se renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.</p> <p>(C) não é possível, na medida em que não terá a idade mínima necessária para concorrer ao cargo, quando do pleito.</p> <p>(D) é inviável, dado que o cargo de Governador do Estado é privativo de brasileiro nato.</p> <p>(E) é impossível para as próximas eleições, pois a Constituição admite reeleição para um único período subsequente ao do mandato.</p>
<p>14. Nos termos da Constituição Federal, as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, produzirão</p> <p>(A) eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos órgãos da administração direta e indireta.</p> <p>(B) efeitos entre as partes e eficácia vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.</p> <p>(C) efeitos a partir de sua publicação em veículo impresso oficial e eficácia entre as partes.</p> <p>(D) eficácia contra todos, a partir de edição de Resolução do Senado suspensiva dos efeitos da norma inconstitucional.</p> <p>(E) efeito vinculante em relação aos órgãos do Legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal.</p>	

<p>18. Legislação estadual que verse sobre proteção à infância e à juventude</p> <p>(A) será incompatível com a Constituição, por se tratar de matéria de competência privativa da União.</p> <p>(B) estará submetida à regra constitucional que estabelece competência da União para editar normas gerais sobre a matéria.</p> <p>(C) dependerá da promulgação prévia de lei complementar federal para fixar-lhe os limites de competência.</p> <p>(D) terá sua eficácia integralmente suspensa, na hipótese de superveniência de lei federal que disponha sobre a matéria.</p> <p>(E) deverá ser precedida de legislação federal autorizativa para que disponha sobre questões específicas da matéria.</p>	<p>22. Ocorrendo fatos que comprovem a ineficácia de medidas tomadas durante o estado de defesa, a Constituição autoriza que seja decretado estado de sítio,</p> <p>(A) pelo prazo de trinta dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que persistam os motivos que determinaram sua decretação.</p> <p>(B) podendo sofrer restrições a liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, exceto em relação à difusão de pronunciamentos de parlamentares em suas Casas legislativas, desde que liberada pela respectiva mesa.</p> <p>(C) pelo Presidente da República, independentemente de manifestação prévia do Congresso Nacional, por se tratar de continuação de estado excepcional anteriormente autorizado.</p> <p>(D) devendo o Congresso Nacional decidir, por dois terços de seus membros, sobre a decretação e permanecer em funcionamento até o término das medidas coercitivas determinadas.</p> <p>(E) cabendo ao Congresso Nacional, uma vez publicado o decreto editado pelo Presidente da República, designar o executor das medidas específicas e as áreas por estas abrangidas.</p>
<p>19. Dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da representação formulada pelo Procurador Geral da República a intervenção federal decretada no caso de o Estado</p> <p>(A) deixar de pagar, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.</p> <p>(B) promover invasão em outra unidade da Federação.</p> <p>(C) recusar-se à execução de lei federal.</p> <p>(D) desobedecer a ordem ou decisão judicial.</p> <p>(E) não entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas na Constituição.</p>	<p>23. Medida provisória editada pelo Presidente da República é submetida à apreciação das Casas do Congresso Nacional, as quais, após 90 dias, aprovam projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória. Nessa hipótese,</p> <p>(A) a medida provisória já teria perdido eficácia, desde a sua edição, por não ter sido convertida em lei no prazo de sessenta dias.</p> <p>(B) caberá ao Congresso Nacional, num prazo de sessenta dias, disciplinar por decreto legislativo as relações jurídicas decorrentes da medida provisória.</p> <p>(C) a medida provisória será mantida integralmente em vigor, até que seja sancionado ou vetado o projeto de lei de conversão.</p> <p>(D) o projeto de lei de conversão é submetido à promulgação pelas Mesas das Casas legislativas, independentemente de sanção presidencial.</p> <p>(E) o Presidente da República poderá, desde logo, editar nova medida provisória, com vistas a restabelecer o texto original da medida alterada pelo projeto de lei.</p>
<p>20. São feitas, a seguir, três afirmações sobre a liberdade de associação sindical na Constituição.</p> <p>I. Ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato, salvo disposição estatutária em contrário.</p> <p>II. É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.</p> <p>III. O empregado ocupante de cargo de direção sindical poderá ser dispensado, na vigência de seu mandato, se cometer falta grave nos termos da lei.</p> <p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>24. Relativamente à acumulação remunerada de cargos públicos, é INCORRETO afirmar que a Constituição brasileira</p> <p>(A) restringe a proibição de acumulação a cargos na administração direta, não abrangidos empregos e funções públicos, nem entidades da administração indireta.</p> <p>(B) estabelece a obrigatoriedade de observância de um parâmetro máximo de remuneração ou subsídio a ser percebido, na hipótese de acumulação válida de cargos.</p> <p>(C) permite, havendo compatibilidade de horários, a acumulação de dois cargos de professor.</p> <p>(D) permite, havendo compatibilidade de horários, a acumulação de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.</p> <p>(E) permite, havendo compatibilidade de horários, a acumulação de dois cargos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.</p>
<p>21. A Constituição brasileira determina que se considera crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, na forma da lei,</p> <p>(A) o tráfico ilícito de entorpecentes.</p> <p>(B) o crime de responsabilidade.</p> <p>(C) o terrorismo.</p> <p>(D) a prática de racismo.</p> <p>(E) a prática de tortura.</p>	

<p>25. Por motivo de convicção política, ao completar dezoito anos, Ernesto recusa-se a realizar seu alistamento eleitoral, assim como a cumprir qualquer prestação alternativa que se lhe queira exigir, ainda que prevista em lei. Nessa hipótese, a atitude de Ernesto é</p> <p>(A) incompatível com a Constituição, pois ninguém pode eximir-se de cumprir obrigação legal a todos imposta.</p> <p>(B) albergada pela Constituição, que prevê possibilidade de objeção de consciência nesses exatos termos.</p> <p>(C) passível de punição mediante imposição de pena restritiva de liberdade, por se configurar atentado contra a soberania do Estado brasileiro.</p> <p>(D) causa para suspensão de seus direitos políticos, em função da recusa de cumprimento de prestação alternativa prevista em lei.</p> <p>(E) parcialmente compatível com a Constituição, pois esta permite recusa a cumprimento de prestação alternativa, mas não da obrigação principal.</p>	<p>28. O tombamento é um dos institutos que têm por objeto a tutela do patrimônio histórico e artístico nacional. Esta intervenção acarreta a</p> <p>(A) transferência do bem ao patrimônio público, quando instituído sobre bem de particular.</p> <p>(B) restrição total da utilização do bem que, embora permaneça no patrimônio do particular, não pode ter destinação econômica.</p> <p>(C) transferência do bem ao patrimônio público do interventor, ainda que se trate de bem integrante de patrimônio público de outra pessoa política.</p> <p>(D) transferência do bem ao patrimônio público do interventor somente quando se trate de pessoa política de grau hierárquico superior ao da proprietária do bem.</p> <p>(E) restrição parcial sobre o bem, que permanece no patrimônio do proprietário, de quem se exige, em contrapartida, a conservação das características do bem que ensejaram a intervenção.</p>
<p>DIREITO ADMINISTRATIVO</p>	<p>29. Constatado vício em um ato administrativo, a Administração Pública</p> <p>(A) deve convalidar o ato vinculado, o que, todavia, não é possível na hipótese de vício de competência, sendo esta privativa de outra autoridade.</p> <p>(B) pode convalidar o ato desde que este seja vinculado e o vício sanável.</p> <p>(C) deve convalidar o ato desde que este seja discricionário e o vício sanável.</p> <p>(D) está obrigada a anular o ato, não importando se está diante de vício sanável ou insanável.</p> <p>(E) pode convalidar o ato vinculado, ainda que implique alteração dos motivos que ensejaram a sua edição.</p>
<p>26. O poder disciplinar da Administração Pública é aplicável</p> <p>(A) aos particulares como forma de cerceamento de direitos individuais, abrangendo a aplicação de penalidades disciplinares decorrentes da hierarquia.</p> <p>(B) para disciplinar administrativamente o funcionamento de seus órgãos e as atribuições funcionais dos servidores públicos.</p> <p>(C) em relação aos servidores públicos, abrangendo a imposição de penalidades jurisdicionais, fixadas por meio de ato discricionário.</p> <p>(D) em relação às pessoas sujeitas à disciplina da Administração Pública, abrangendo, internamente, a imposição de penalidades disciplinares decorrentes da hierarquia.</p> <p>(E) aos particulares e servidores públicos para punição de infrações disciplinares, devendo-se, apenas em relação aos primeiros, instaurar procedimento administrativo, dispensável quando envolver situação de hierarquia funcional.</p> <p>27. O poder de polícia traduz-se em atividade da Administração Pública que promove a limitação de direitos individuais em prol do interesse público. Nesse sentido, consiste em atividade</p> <p>(A) discricionária da Administração, limitada pelos critérios de conveniência e oportunidade, e caracterizada pela imposição de restrições temporárias.</p> <p>(B) sujeita a limites e, portanto, vinculada aos estritos termos do Decreto que a autoriza.</p> <p>(C) sujeita a limites, ainda que o ato normativo que a autorize conceda certa margem de discricionariedade à Administração Pública.</p> <p>(D) que, mesmo prescindindo de previsão normativa, sujeita-se a limites estabelecidos pela Administração Pública.</p> <p>(E) autorizada apenas em casos de urgência e necessidade, cabendo à Administração Pública, assim que cessadas as causas que ensejaram a conduta, restabelecer integralmente os direitos individuais limitados.</p>	<p>30. A vedação de acumulação de cargos, empregos e funções</p> <p>(A) restringe-se à Administração direta, atingindo tanto os casos de atividade quanto de inatividade.</p> <p>(B) atinge a Administração direta também quanto a cargos não remunerados e restringe-se a cargos remunerados quando se tratar da Administração indireta.</p> <p>(C) atinge a Administração direta e a indireta, nas hipóteses em que tais ocupações sejam remuneradas.</p> <p>(D) estende-se à Administração indireta, mas exclui as fundações, dado seu caráter eminentemente privado.</p> <p>(E) atinge a Administração direta integralmente, mas, no que concerne à Administração indireta, somente tem incidência quando se tratar de inatividade.</p> <p>31. A norma constitucional, aplicável aos servidores públicos, que estabelece a irredutibilidade de seus vencimentos</p> <p>(A) impede a aplicação do preceito constitucional que estabelece a necessidade de teto remuneratório, aplicando-se apenas aos casos de futuras contratações.</p> <p>(B) não afasta a aplicação do preceito constitucional que estabelece a necessidade de fixação de teto remuneratório.</p> <p>(C) impede a fixação de teto remuneratório apenas para os servidores ocupantes de cargos públicos.</p> <p>(D) não impede a fixação de teto remuneratório, mas exclui deste limite as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza percebidas pelo servidor.</p> <p>(E) não mais subsiste como norma aplicável, tendo sido revogada pela norma que estabeleceu a necessidade de fixação de teto remuneratório.</p>

<p>32. O princípio da legalidade garante que a Administração Pública submeta-se ao ordenamento jurídico. O controle desta adequação é feito</p> <p>(A) pela própria Administração, em face da adoção, pelo Brasil, do sistema de dualidade de jurisdições.</p> <p>(B) pela própria Administração, que atua como instância prévia ao Judiciário, este que só pode analisar os atos já definitivamente julgados administrativamente.</p> <p>(C) pelo Poder Judiciário no que concerne aos atos administrativos vinculados, não lhe sendo admitida a apreciação dos atos discricionários, cujo exame é feito exclusivamente pela Administração Pública.</p> <p>(D) pela própria Administração, sem prejuízo do controle exercido pelo Poder Judiciário, cabendo apenas a este último proferir decisões que fazem coisa julgada material.</p> <p>(E) pelo Poder Judiciário, cujas decisões podem, se ratificadas internamente pela Administração Pública, produzir efeitos de coisa julgada material.</p>	<p>35. As autarquias, pessoas jurídicas de direito público, são criadas</p> <p>(A) por lei, dotadas de autonomia e integrantes da Administração direta.</p> <p>(B) por Decreto do Chefe do Executivo, mas independentes em relação à pessoa política que as criou, não se submetendo a controle da mesma.</p> <p>(C) por lei, que lhes confere capacidade de auto-administração e disciplina os limites do controle exercido pela pessoa política que as criou.</p> <p>(D) sob a forma de sociedades de capital e possuem capacidade de auto-administração, embora integrem a Administração indireta.</p> <p>(E) por meio de Decreto e instituídas sob a forma de sociedades de capital, das quais o ente que as criou figura como principal acionista, ditando-lhes a administração.</p>
<p>33. A responsabilidade civil do Estado prevista na Constituição Federal</p> <p>(A) está restrita aos danos causados por servidores públicos integrantes dos quadros da Administração Pública.</p> <p>(B) está restrita aos danos causados por servidores públicos do Estado, desde que se comprove que agiram com dolo ou culpa.</p> <p>(C) estende-se aos atos praticados pelos membros do Legislativo que, embora detenham soberania, qualificam-se como agentes públicos que integram o quadro de servidores da Administração Pública.</p> <p>(D) estende-se aos danos causados pela edição de leis de efeitos concretos, mas não se estende aos danos causados pelos membros do Judiciário no exercício de suas funções, que não se enquadram no conceito de servidor público.</p> <p>(E) estende-se aos danos causados em decorrência de erro judiciário, considerando-se que o magistrado se enquadra no conceito constitucional de agente público.</p>	<p>36. De acordo com o disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, o procedimento licitatório constitui a garantia de isonomia em face dos particulares que pretendam contratar com o poder público, somente podendo ser afastado nas hipóteses previstas em lei. Nesse sentido, é correto afirmar que</p> <p>(A) a enumeração legislativa das hipóteses de inexigibilidade de licitação é exaustiva.</p> <p>(B) a singularidade do serviço é requisito essencial para o reconhecimento da situação de inexigibilidade de licitação por notória especialização.</p> <p>(C) na hipótese de os licitantes apresentarem ofertas que correspondam a preço manifestamente abaixo do mercado, a licitação deverá ser declarada deserta, autorizando-se a contratação direta.</p> <p>(D) é possível a inexigibilidade de licitação em relação a serviços de publicidade, restringindo-se, porém, às situações de notória especialização devidamente comprovada.</p> <p>(E) as hipóteses de dispensa de licitação, previstas de forma exaustiva na lei, comportam interpretação extensiva e possuem caráter vinculante, ficando a Administração impedida de instaurar procedimento licitatório caso verifique a ocorrência de uma das situações descritas na lei.</p>
<p>34. O Estado pretende permitir o uso de prédio de sua propriedade, desocupado, situado na região central da cidade, a uma Municipalidade, para instalação de um Centro Cultural destinado, principalmente, à população de baixa renda. Para tanto, deverá</p> <p>(A) providenciar a edição de Decreto Estadual autorizando a permissão de uso em favor da Municipalidade, demonstradas as razões de interesse público.</p> <p>(B) providenciar a edição de Decreto autorizativo da permissão de uso, esta que deve submeter-se integralmente à lei de licitações.</p> <p>(C) desafetá-lo previamente, retirando-lhe a característica de bem público, e observar os requisitos da lei de licitações para fins de permissão de uso.</p> <p>(D) proceder à instauração de processo para obter dispensa de licitação, demonstradas as razões de interesse público e após realização de avaliação prévia.</p> <p>(E) desafetá-lo previamente e, após obter autorização legislativa para a permissão, celebrar contrato de permissão de uso com a Municipalidade.</p>	<p>37. A Administração, após prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para construção de unidades habitacionais, verificando, posteriormente, a necessidade de um número menor de unidades em relação ao fixado no edital e objeto do contrato já firmado. De acordo com os princípios e normas que regem o contrato administrativo, a Administração, deparando-se com a situação relatada,</p> <p>(A) não poderá alterar o contrato, eis que não se trata de fato superveniente mas sim de falha na definição do objeto, devendo ser instaurado novo procedimento licitatório.</p> <p>(B) somente poderá alterar o contrato para redução do objeto inicialmente pactuado com a anuência expressa da contratada.</p> <p>(C) poderá alterar o contrato, com ou sem anuência da contratada, independentemente do percentual suprimido, tendo em vista que a lei permite adequações quantitativas que não desnaturem o objeto.</p> <p>(D) poderá alterar o contrato, independentemente da anuência da contratada, desde que a parcela suprimida não ultrapasse 25% do valor inicial do contrato.</p> <p>(E) somente poderá alterar o contrato para redução quantitativa do objeto mediante a anuência expressa da contratada e até o limite de 25% do valor pactuado.</p>

<p>38. No que diz respeito aos requisitos legais e constitucionais para alienação de bens que integram o patrimônio da Administração Pública é correto afirmar que</p> <p>(A) para alienação de bens móveis de propriedade da Administração Pública, incluídas as entidades autárquicas e fundacionais, bem como as empresas públicas e as sociedades de economia mista, é obrigatória a avaliação prévia e adoção de procedimento licitatório, somente afastado este nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade previstas em lei.</p> <p>(B) os bens imóveis de propriedade das entidades integrantes da Administração indireta, inclusive as submetidas a regime jurídico de direito privado, podem ser alienados independentemente de autorização legislativa específica e de procedimento licitatório, sendo necessária avaliação prévia e comprovação da compatibilidade do preço de venda com os valores praticados no mercado.</p> <p>(C) os bens imóveis de propriedade da Administração direta e das entidades autárquicas e fundacionais somente podem ser alienados mediante autorização legislativa específica, comprovação de interesse público, avaliação e prévio procedimento licitatório, dispensados tais requisitos na hipótese de venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública.</p> <p>(D) a concorrência é a modalidade licitatória prevista em lei para alienação de bens imóveis de propriedade das entidades integrantes da Administração direta, autárquica e fundacional, sendo vedada a adoção de outra modalidade, independentemente do valor e da forma de aquisição do bem.</p> <p>(E) a alienação de área remanescente ou resultante de obra pública, que se torne inaproveitável para a Administração, poderá ser feita diretamente aos proprietários de imóveis lindeiros, sendo irrelevante o valor do bem para efeito de caracterização de tal hipótese de dispensa de licitação.</p>	<p>40. A Administração, tendo em vista a insuficiência de recursos para ampliação e manutenção de determinado sistema rodoviário, decidiu conceder a sua exploração a particular, fixando, como critério de seleção da melhor proposta, o maior ônus pela exploração da obra pública. No curso do contrato de concessão, o poder concedente, sensibilizado pelos apelos da população, não concedeu o reajuste da tarifa de pedágio de acordo com o índice fixado contratualmente. Em face da disciplina legal dos contratos de concessão, é correto afirmar:</p> <p>(A) enquanto poder concedente, a Administração tem a faculdade de alterar unilateralmente todas as cláusulas do contrato de concessão, inclusive aquelas relativas à equação econômico-financeira, não cabendo qualquer compensação à concessionária.</p> <p>(B) com base no poder de alteração unilateral, o poder concedente pode modificar o contrato de concessão para possibilitar a revisão dos critérios de fixação da tarifa, inclusive índices e periodicidade de reajuste, desde que recomponha o equilíbrio econômico-financeiro em favor da concessionária.</p> <p>(C) sendo vedado ao poder concedente conferir qualquer subsídio à concessionária, ainda que destinado à modicidade da tarifa, não poderá compensá-la em função da não concessão de reajuste tarifário, devendo a mesma arcar com a redução de receita correspondente.</p> <p>(D) considerando que o critério de julgamento não foi o de menor tarifa, mas sim o de maior ônus pela concessão, o poder concedente pode alterar os critérios de reajuste da tarifa de pedágio fixados no contrato, sem direito a eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor da concessionária.</p> <p>(E) tendo em vista que a concessão pressupõe a exploração do serviço ou obra pública por conta e risco do particular, não caberá, diferentemente dos demais contratos administrativos, medidas de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro.</p>
<p>39. Nos termos definidos pelo artigo 175, da Constituição Federal, é correto afirmar que os serviços públicos</p> <p>(A) pressupõem o monopólio estatal na sua prestação.</p> <p>(B) são de titularidade do Estado, que deverá prestá-los diretamente, somente sendo passíveis de exploração pela iniciativa privada os chamados serviços públicos não exclusivos.</p> <p>(C) somente comportam exploração por particulares, mediante concessão ou permissão, precedida de licitação, quando correspondam às hipóteses de intervenção do Estado na atividade econômica.</p> <p>(D) correspondem às atividades de natureza essencial, necessárias à coesão social, não passíveis de exploração com objetivo de lucro.</p> <p>(E) são de titularidade do poder público, que pode prestá-los diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, através de licitação.</p>	<p>41. O poder público pretende ampliar sua infra-estrutura de saneamento básico, mediante a instalação de novas estações de tratamento de água e esgoto e ampliação da rede de fornecimento à população. Não dispondo dos recursos necessários para arcar com o custo total do investimento, de grande vulto, a Administração poderá celebrar contrato</p> <p>(A) administrativo, na modalidade empreitada integral, ficando sob a responsabilidade do contratado a execução de todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, remunerando-se, ao final, mediante a cobrança de tarifa dos usuários.</p> <p>(B) de concessão de serviço público, regido pela Lei de Concessões, sendo a concessionária remunerada, em relação ao montante não coberto pela contraprestação paga pela Administração, mediante cobrança de tarifa dos usuários.</p> <p>(C) de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, sendo o parceiro privado remunerado, em relação ao montante não coberto pela tarifa cobrada dos usuários, mediante contraprestação pecuniária da Administração.</p> <p>(D) de parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa, tendo como usuária final a própria Administração, que remunerará o parceiro-privado através do pagamento de tarifa pela utilização dos serviços colocados à sua disposição.</p> <p>(E) de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, desde que observado o limite de endividamento público fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal.</p>

<p>42. Em relação à organização e estrutura da Administração Pública, na forma fixada pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional correspondente, é correto afirmar que</p> <p>(A) as Organizações Sociais e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público são entidades sem fins lucrativos que podem vir a integrar a estrutura da Administração Pública, mediante a celebração de contrato de gestão ou termo de parceria.</p> <p>(B) as sociedades de economia mista e as empresas públicas têm por objetivo exclusivo permitir a exploração de atividade econômica pelo poder público, nas hipóteses expressamente autorizadas pela Constituição Federal.</p> <p>(C) as Agências Reguladoras, entidades dotadas de elevado grau de autonomia administrativa, bem como poderes de fiscalização, normatização e sancionatórios, podem revestir-se da forma de autarquia ou empresa pública, sujeitando-se, em ambos os casos, a regime especial.</p> <p>(D) os órgãos e as entidades da Administração direta e indireta estão autorizados a celebrar contratos de gestão, com vistas à ampliação de sua autonomia orçamentária, gerencial e financeira.</p> <p>(E) somente entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público podem atuar como prestadoras de serviço público.</p>	<p>45. No âmbito do controle externo, de responsabilidade dos Tribunais de Contas, o tipo de exame afeto à avaliação de mérito da despesa, sob o critério do custo-benefício, denomina-se controle de</p> <p>(A) legitimidade.</p> <p>(B) economicidade.</p> <p>(C) razoabilidade.</p> <p>(D) proporcionalidade.</p> <p>(E) finalidade.</p>
<p>43. Uma entidade privada sem fins lucrativos, que tem entre seus objetivos institucionais a promoção e difusão cultural, pretende formar uma parceria com a Administração, para realização de projeto cuja finalidade é viabilizar o acesso da população carente a eventos de música clássica. A forma apropriada para a Administração relacionar-se com a entidade seria</p> <p>(A) mediante a celebração de convênio, dada a convergência de interesses entre as partes, sendo incabível o procedimento licitatório.</p> <p>(B) por meio de contrato de parceria público-privada.</p> <p>(C) firmando termo de parceria, na hipótese de ser a entidade qualificada como Organização Social.</p> <p>(D) através de contrato de concessão, eis que se trata de atividade caracterizada como serviço público.</p> <p>(E) mediante convênio, termo de parceria ou contrato de gestão, sendo obrigatório procedimento licitatório no caso de repasse de recursos públicos.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO</p> <p>46. A denúncia de irregularidades ou ilegalidades, perante o Tribunal de Contas,</p> <p>(A) é ato privativo do Ministério Público.</p> <p>(B) não denunciada pelos responsáveis pelo controle interno, configura ilícito penal.</p> <p>(C) não denunciada pelos responsáveis pelo controle interno, implica em sua responsabilidade solidária.</p> <p>(D) configura ilícito administrativo de caráter imprescritível.</p> <p>(E) é ato privativo do partido político.</p>
<p>44. O controle externo da Administração Pública, exercido com apoio do Tribunal de Contas, na forma prevista pela Constituição Federal,</p> <p>(A) não alcança os atos praticados no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.</p> <p>(B) somente alcança os atos de admissão de pessoal do Poder Executivo, em relação aos cargos de provimento em comissão.</p> <p>(C) não alcança os atos de admissão de pessoal das entidades integrantes da Administração indireta, quando sob o regime da CLT.</p> <p>(D) alcança os atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões do Poder Executivo, bem como as melhorias posteriores, ainda que não impliquem alteração do fundamento legal do ato concessório.</p> <p>(E) alcança os atos de admissão de pessoal, na Administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, excetuadas as nomeações para cargos de provimento em comissão.</p>	<p>47. Ocorrendo veto de despesas previstas no projeto de orçamento anual, de tal sorte que sobejem receitas, estas</p> <p>(A) não poderão ser utilizadas para outras finalidades.</p> <p>(B) poderão ser utilizadas mediante a abertura de créditos especiais ou suplementares, sendo desnecessária a autorização legislativa.</p> <p>(C) poderão ser utilizadas mediante a abertura de créditos especiais ou suplementares, sendo desnecessárias a autorização legislativa e a indicação de recursos.</p> <p>(D) poderão ser utilizadas mediante a abertura de créditos especiais ou suplementares, sendo necessária a autorização legislativa e desnecessária a indicação de recursos.</p> <p>(E) somente poderão ser aproveitadas no orçamento do exercício seguinte.</p> <p>48. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, não se considera receita corrente líquida aquela qualificada como receita</p> <p>(A) de capital.</p> <p>(B) de contribuições.</p> <p>(C) patrimonial.</p> <p>(D) industrial ou agropecuária.</p> <p>(E) derivada de transferências correntes.</p> <p>49. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa com pessoal dos Estados</p> <p>(A) não poderá exceder 50% da receita líquida corrente, com exclusão das parcelas de participação dos Municípios na distribuição das receitas.</p> <p>(B) não poderá exceder 60% da receita líquida corrente, com inclusão de todas as receitas tributárias.</p> <p>(C) não poderá exceder 60% das receitas correntes e de capital.</p> <p>(D) inclui as despesas com os inativos.</p> <p>(E) não inclui as despesas decorrentes de decisão judicial, apuradas fora do regime de competência.</p>

<p>50. As despesas com pessoal do Tribunal de Contas do Estado</p> <p>(A) são autônomas, pois não observam os limites impostos aos demais Poderes.</p> <p>(B) estão incluídas nos limites percentuais das despesas do Poder Legislativo.</p> <p>(C) estão incluídas nos limites percentuais das despesas do Poder Executivo.</p> <p>(D) não poderão exceder os percentuais determinados pelo Poder Legislativo.</p> <p>(E) deverão observar os mesmo limites previstos na esfera federal.</p>	<p>55. Distintos fatos geradores do ICMS cujas alíquotas são aumentadas nos dias 30 de agosto e 30 de novembro de determinado exercício poderão ser cobrados a partir</p> <p>(A) de 1º de janeiro e 1º de março do exercício seguinte, respectivamente.</p> <p>(B) de 1º de dezembro do mesmo exercício e 1º de janeiro do exercício seguinte, respectivamente.</p> <p>(C) de 1º de março do exercício seguinte.</p> <p>(D) da respectiva publicação e vigência.</p> <p>(E) do primeiro dia do exercício seguinte.</p>
<p>51. A isenção tributária instituída em obediência ao princípio do mínimo vital, em qualquer nível de governo,</p> <p>(A) é inconstitucional, por ofensa ao princípio da capacidade contributiva.</p> <p>(B) é inconstitucional, por ofensa ao princípio da isonomia.</p> <p>(C) não configura hipótese de renúncia de receitas.</p> <p>(D) dispensa as medidas de compensação previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>(E) equivale aos demais incentivos fiscais e exige medidas de compensação.</p>	<p>56. Em nosso sistema tributário, em termos de distribuição de receitas,</p> <p>(A) Estados e Municípios não participam da arrecadação de contribuições sociais.</p> <p>(B) somente a União participa da arrecadação da CIDE.</p> <p>(C) somente a União e os Estados participam da arrecadação da CIDE.</p> <p>(D) a União, os Estados e Municípios participam, em condições de igualdade, da arrecadação da CIDE.</p> <p>(E) a União, os Estados e Municípios participam da arrecadação da CIDE, cabendo à União um maior percentual.</p>
<p>52. No capítulo da dívida pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal não se opõe</p> <p>(A) à realização de operações de crédito entre os entes da federação.</p> <p>(B) ao refinanciamento da dívida imobiliária.</p> <p>(C) à captação de recursos financeiros a título de antecipação de receitas tributárias, enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.</p> <p>(D) à assunção de obrigação com fornecedores para pagamento de bens e serviço <i>a posteriori</i>.</p> <p>(E) à assunção de obrigação de despesa que não possa ser integralmente cumprida nos dois últimos quadrimestres do mandato.</p>	<p>57. É hipótese de incidência do ICMS:</p> <p>(A) operações que destinem combustível a outro Estado.</p> <p>(B) entrada de mercadoria importada do exterior destinada a pessoa física.</p> <p>(C) prestação de serviços de radiodifusão ou de transmissão de imagens televisivas.</p> <p>(D) saídas de livros, jornais e revistas no mercado interno.</p> <p>(E) saída de produtos primários a operador econômico que atua como substituto tributário.</p>
<p>53. Em nosso sistema tributário, as operações relativas à importação e comercialização dos derivados de petróleo e combustíveis</p> <p>(A) são imunes à tributação.</p> <p>(B) estão sujeitas somente a impostos, por imperativo constitucional.</p> <p>(C) estão sujeitas somente ao ICMS.</p> <p>(D) estão sujeitas somente ao ICMS e impostos aduaneiros.</p> <p>(E) estão sujeitas ao ICMS, impostos de importação e exportação, CIDE e COFINS.</p>	<p>58. É hipótese de não-incidência do ICMS:</p> <p>(A) saída de mercadoria a consumidor final, não contribuinte do tributo, localizado em outro Estado da federação.</p> <p>(B) saída de mercadoria a contribuinte do tributo, localizado em outro Estado da federação.</p> <p>(C) saída de mercadoria a entes com personalidade de direito público.</p> <p>(D) sobre o valor total da operação, quando a mercadoria for agregada de serviço compreendido na competência tributária dos Municípios.</p> <p>(E) serviços prestados no exterior.</p>
<p>54. A progressividade é uma técnica impositiva que, em nosso país, pode ser utilizada</p> <p>(A) em todos os tributos do nosso sistema tributário.</p> <p>(B) nos impostos federais e municipais.</p> <p>(C) nos impostos que incidem sobre a renda e sobre o patrimônio imobiliário.</p> <p>(D) nos impostos que incidem sobre a circulação de riquezas.</p> <p>(E) em todos os impostos que incidem sobre o consumo.</p>	<p>59. Em nosso sistema tributário a seletividade, em função da essencialidade dos produtos fabricados ou comercializados, é atributo exclusivo do</p> <p>(A) IPI.</p> <p>(B) ICMS.</p> <p>(C) IPI e do ICMS.</p> <p>(D) IR, do IPI e do ICMS.</p> <p>(E) IPI, do ICMS e do ISS.</p>

60. A concessão de tutela antecipada, em nosso sistema tributário,
- (A) suspende a exigibilidade do crédito tributário mas não impede o lançamento fiscal destinado a prevenir a decadência.
 - (B) não suspende a exigibilidade do crédito tributário.
 - (C) suspende a exigibilidade do crédito e o curso do prazo decadencial.
 - (D) suspende a exigibilidade do crédito e dispensa o cumprimento das obrigações acessórias.
 - (E) suspende a exigibilidade mas não a cobrança do crédito tributário.

DIREITO PENAL

61. A coação morai irresistível exclui a

- (A) conduta.
- (B) culpabilidade.
- (C) tipicidade.
- (D) ilicitude.
- (E) antijuridicidade.

62. No peculato, o objeto material do crime pode ser dinheiro, valor ou qualquer bem

- (A) móvel ou imóvel, particular.
- (B) móvel, sempre público.
- (C) móvel ou imóvel, público ou particular.
- (D) móvel ou imóvel, sempre público.
- (E) móvel, público ou particular.

63. Comete crime o prefeito que autoriza assunção de obrigação, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro,

- (A) no último trimestre do último ano do mandato.
- (B) nos dois últimos trimestres do último ano do mandato.
- (C) no último quadrimestre do último ano do mandato.
- (D) nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato.
- (E) no último ano do mandato.

64. O prefeito que aliena bem imóvel sem autorização da respectiva Câmara Municipal incorre em crime previsto no Decreto-lei 201/67, sujeitando-se à

- (A) pena de detenção de 3 (três) meses a 3 (três) anos.
- (B) pena de reclusão de 2 (dois) a 12 (doze) anos.
- (C) inabilitação pelo prazo de 8 (oito) anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular, em caso de condenação definitiva.
- (D) inabilitação pelo prazo de 4 (quatro) anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular, em caso de condenação definitiva.
- (E) pena de reclusão de 2 (dois) a 12 (doze) anos e à inabilitação pelo prazo de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular, em caso de condenação definitiva.

65. Em relação aos crimes previstos na Lei de Licitações, a pena de multa será fixada na

- (A) liquidação da sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente.
- (B) sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor do contrato administrativo previsto no certame.
- (C) sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente.
- (D) liquidação da sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor do contrato administrativo previsto no certame.
- (E) sentença ou na sua liquidação e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente.

DIREITO CIVIL

66. Denomina-se *vacatio legis* o período de tempo

- (A) entre a sanção do Presidente da República e a publicação oficial da lei.
- (B) de vigência da lei.
- (C) em que o projeto de lei tramita no Congresso Nacional.
- (D) em que o Supremo Tribunal Federal está apreciando a ação direta de inconstitucionalidade.
- (E) entre a publicação oficial e a entrada em vigor da lei.

67. A disposição do próprio corpo para depois da morte é

- (A) ato irrevogável se constar de escritura pública de declaração.
- (B) válida tanto se gratuita como onerosa, para fins de pesquisa.
- (C) válida se gratuita com objetivo científico ou altruístico.
- (D) inviável por declaração do disponente, exceto se mediante testamento.
- (E) permitida somente por ato processado em Juízo.

68. O município X, que possui dois distritos, e pertence à comarca Y, tem por domicílio

- (A) o lugar onde funciona a administração municipal.
- (B) qualquer prédio público municipal dos respectivos distritos, para os atos neles praticados.
- (C) a sede da comarca.
- (D) a sede da Câmara Municipal.
- (E) a Capital do Estado.

69. O negócio jurídico simulado é

- (A) ineficaz, só não produzindo efeitos, se houver impugnação de terceiro interessado.
- (B) anulável, podendo ser ratificado pelas partes, salvo direitos de terceiro.
- (C) inexistente, dependendo, porém, de declaração judicial para não produzir efeitos.
- (D) nulo, mas subsistirá o que se dissimulou, se for válido na forma e na substância.
- (E) válido, depois de decorridos quatro anos de sua prática, porque operada a decadência.

70. Considere as seguintes afirmações sobre a prescrição.
- I. A pretensão e a exceção prescrevem no mesmo prazo.
 - II. Não se sujeita a causas interruptivas nem a suspensivas.
 - III. A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
 - IV. O protesto cambial não interrompe o prazo prescricional, mas este é interrompido pelo protesto judicial.
 - V. O Juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.

SOMENTE estão corretas

- (A) I e IV.
- (B) I e V.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) IV e V.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

71. De acordo com os princípios gerais do processo,
- (A) a exigência do contraditório não admite processos de jurisdição voluntária.
 - (B) os atos processuais são necessariamente solenes, e a inobservância das solenidades sempre acarretará nulidade insuprível.
 - (C) todos os atos processuais dependem do pagamento de custas.
 - (D) quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
 - (E) é nula a cláusula de arbitragem em qualquer contrato porque exclui da apreciação judiciária lesão de direito.

72. Compete à autoridade judiciária brasileira com exclusão de qualquer outra
- (A) proceder o inventário e partilha de bens situados no Brasil, mesmo que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.
 - (B) conhecer das ações relativas a bens móveis e imóveis situados no Brasil.
 - (C) processar e julgar ação de indenização por ato ilícito, quando o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.
 - (D) se a obrigação houver sido constituída no Brasil, embora seja no estrangeiro o local do seu cumprimento.
 - (E) se no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação, embora tenha sido constituída no estrangeiro.

73. É requisito de admissibilidade de qualquer recurso
- (A) a contradição na decisão recorrida.
 - (B) o preparo.
 - (C) a procedência das alegações.
 - (D) ser interposto perante o Juízo que proferiu a decisão recorrida.
 - (E) a tempestividade.

74. Sobre a coisa julgada, considere as seguintes afirmações:
- I. Denomina-se coisa julgada material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
 - II. Não faz coisa julgada a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença.
 - III. A sentença transitada em julgado sempre faz lei entre as partes e em relação a terceiros.
 - IV. Nas causas relativas ao estado da pessoa, a sentença nunca produz coisa julgada em relação a terceiros.
 - V. A resolução de questão prejudicial, requerida pela parte, constituindo pressuposto para o julgamento da lide, fará coisa julgada se o Juiz for competente em razão da matéria.

SOMENTE estão corretas

- (A) I, II e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

75. É impedido o Juiz de exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário quando
- (A) alguma das partes for credora ou devedora do Juiz.
 - (B) nele estiver postulando, como advogado da parte, seu parente consanguíneo na linha colateral até o quarto grau.
 - (C) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
 - (D) nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou seu afim em linha reta.
 - (E) receber dádivas antes ou depois de iniciado o processo.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

76. O Processo Administrativo previsto na Lei Federal nº 9.784/99 pode ser instaurado
- (A) de ofício, mas não admite que o órgão competente pelo processamento promova a instrução sem provocação do interessado.
 - (B) de ofício, mas não admite pluralidade de interessados no mesmo requerimento, ainda que as pretensões sejam equivalentes.
 - (C) somente a pedido de uma das partes envolvidas, desenvolvendo-se, após, com observância do Princípio da Inércia, que exige provocação das partes para a movimentação do processo.
 - (D) de ofício, mas possui algumas características semelhantes às do processo judicial, tais como a vedação das provas obtidas por meios ilícitos e a incumbência ao interessado da prova dos fatos que alegar.
 - (E) somente a pedido de uma das partes envolvidas pois, embora tramite na jurisdição administrativa, deve observar os prazos e rigores dos processos judiciais.

<p>77. Dentre as atribuições do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais previstas em seu Regimento Interno insere-se</p> <p>(A) o exame de legalidade dos editais de licitação, excluída a análise dos contratos posteriormente celebrados.</p> <p>(B) função normativa sobre matérias de sua competência, o que inclui o estabelecimento de normas aplicáveis a situações concretas.</p> <p>(C) orientar e fiscalizar a aplicação de recursos públicos estaduais ou municipais repassados a pessoas jurídicas de direito público.</p> <p>(D) definir e aplicar as sanções cabíveis aos responsáveis em caso de ilegalidade de despesa, independentemente da interveniência ou participação da autoridade hierarquicamente superior ao responsável.</p> <p>(E) apreciação, para fins de autorização, da legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, bem como das melhorias posteriores, ainda que não tenham alterado o fundamento legal do ato concessório.</p>	<p>81. A posse e o exercício de agente público, no cargo para o qual foi nomeado, ficam condicionados à apresentação de declaração dos</p> <p>(A) bens imóveis que compõem o seu patrimônio privado, não precisando declarar-se qualquer bem móvel.</p> <p>(B) bens e valores que compõem o seu patrimônio privado a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.</p> <p>(C) bens e valores que compõem seu patrimônio privado, e será sempre pública.</p> <p>(D) bens e valores que compõem o seu patrimônio privado e sempre incluirá os do cônjuge e de pessoas que viverem sob sua dependência econômica até a data da posse.</p> <p>(E) bens imóveis, dinheiro e móveis, incluindo os objetos e utensílios domésticos, mesmo que pertencentes ao cônjuge ou a pessoas que vivem sob sua dependência econômica.</p>
<p>78. A ação popular, segundo a Lei nº 4.717/65,</p> <p>(A) possibilita a suspensão liminar do ato lesivo impugnado, na defesa do interesse público.</p> <p>(B) dispensa, em seu processamento, a participação do Ministério Público, exceto quando o autor desistir da ação.</p> <p>(C) pode ser proposta por associação constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil.</p> <p>(D) somente pode ser proposta contra pessoas jurídicas de direito público e agentes públicos que praticaram ou autorizaram o ato que resultou em lesão ao patrimônio público.</p> <p>(E) deve, obrigatoriamente, contar com a participação, no pólo ativo, da pessoa jurídica de direito público cujo ato seja objeto de impugnação.</p>	<p>82. Consideram-se atos de improbidade administrativa</p> <p>(A) os que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da administração pública.</p> <p>(B) apenas os que causam prejuízo ao erário.</p> <p>(C) apenas os que importam enriquecimento ilícito do servidor.</p> <p>(D) os que configuram irregularidades formais, ainda que não acarretem prejuízo ao erário.</p> <p>(E) somente os atos que possam configurar o crime de peculato doloso ou culposos.</p>
<p>79. A sentença que julgar a ação popular</p> <p>(A) procedente não terá eficácia de coisa julgada oponível <i>erga omnes</i>.</p> <p>(B) jamais transitará em julgado.</p> <p>(C) improcedente por deficiência de provas não terá eficácia de coisa julgada oponível <i>erga omnes</i>.</p> <p>(D) procedente ou improcedente sempre terá eficácia de coisa julgada oponível <i>erga omnes</i>.</p> <p>(E) parcialmente procedente somente fará coisa julgada oponível <i>erga omnes</i> na parte que desacolher o pedido.</p>	<p>83. Será cassada a aposentadoria do funcionário público estadual</p> <p>(A) por decisão do Tribunal de Contas, se, quando em atividade, aceitou ilegalmente cargo ou função pública.</p> <p>(B) por decreto do Presidente da República, se aceitou representação de Estado estrangeiro, sem prévia autorização do Governador do Estado.</p> <p>(C) por sentença do Juiz, em processo em que ficou provada a prática de usura.</p> <p>(D) por ato do Governador, se ficar provado que praticou, quando em atividade, qualquer infração para a qual é cominada no Estatuto a pena de demissão.</p> <p>(E) somente se ficar provado que praticou, quando em atividade, ato a que o sujeitasse à pena de demissão a bem do serviço público.</p>
<p>80. A ação civil pública será proposta</p> <p>(A) no foro do domicílio do autor e se houver mais de um, no de qualquer deles.</p> <p>(B) no foro do domicílio do réu e se houver mais de um, no de qualquer deles.</p> <p>(C) sempre na Capital do Estado, se a matéria for da competência da Justiça Estadual.</p> <p>(D) somente perante a Justiça Federal.</p> <p>(E) no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.</p>	

<p>84. Segundo a Lei Complementar nº 64/2002 (Regime Próprio de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais), a aposentadoria a que faz jus a servidora integrante desse regime se dará</p> <p>(A) compulsoriamente, desde que cumprido o tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, sessenta e cinco anos de idade e trinta anos de contribuição.</p> <p>(B) voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, quarenta e oito anos de idade e trinta anos de contribuição.</p> <p>(C) compulsoriamente, desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, sessenta anos de idade e vinte e cinco anos de contribuição.</p> <p>(D) voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, sessenta anos de idade e cinco anos de contribuição.</p> <p>(E) voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de contribuição.</p>	<p>87. Os adiantamentos de Clientes são registrados como</p> <p>(A) crédito em conta de passivo.</p> <p>(B) débito em conta de ativo circulante.</p> <p>(C) despesas não operacionais.</p> <p>(D) receitas operacionais.</p> <p>(E) resultados de exercícios futuros.</p>
<p>85. Dispõe o artigo 9º da Constituição do Estado de Minas Gerais: "É reservada ao Estado a competência que não lhe seja vedada pela Constituição da República." O dispositivo transcrito corresponde, no sistema de repartição de competências estabelecido no Estado brasileiro,</p> <p>(A) às competências legislativas comuns dos entes da federação.</p> <p>(B) aos poderes remanescentes dos Estados-membros.</p> <p>(C) à capacidade de autogoverno dos entes da federação.</p> <p>(D) às competências concorrentes atribuídas à União e aos Estados.</p> <p>(E) à soberania do Estado-membro na estrutura federal.</p>	<p>88. Na apuração do resultado pelo Regime de Caixa são levadas em conta as</p> <p>(A) despesas incorridas e não pagas.</p> <p>(B) receitas recebidas antecipadamente.</p> <p>(C) despesas provisionadas.</p> <p>(D) receitas ganhas e não recebidas.</p> <p>(E) depreciações a amortizações do período.</p>
<p style="text-align: center;">CONTABILIDADE</p> <p>86. A movimentação ocorrida nas contas de reservas de lucros em um determinado período é evidenciada</p> <p>(A) no Balanço Patrimonial.</p> <p>(B) na Demonstração do Valor Agregado.</p> <p>(C) na Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados.</p> <p>(D) na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.</p> <p>(E) na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.</p>	<p>89. No processo de consolidação a participação dos acionistas minoritários deve ser</p> <p>(A) creditada em lucros prejuízos acumulados.</p> <p>(B) ajustada no resultado.</p> <p>(C) destacada como item do passivo.</p> <p>(D) diminuída da conta participações societárias.</p> <p>(E) debitada em investimentos permanentes.</p> <p>90. O auditor independente no exercício de sua função poderá emitir parecer</p> <p>(A) com aprovação e excludente.</p> <p>(B) sem ressalva e de conclusão.</p> <p>(C) com abstenção e exclusivo.</p> <p>(D) com ressalva e exclusão.</p> <p>(E) com negativa de opinião.</p> <p>91. A abertura dos créditos</p> <p>(A) especiais e extraordinários depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de solicitação.</p> <p>(B) especiais e suplementares depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de solicitação.</p> <p>(C) especiais e extraordinários depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de justificativa.</p> <p>(D) suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.</p> <p>(E) suplementares e especiais não depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.</p>

<p>92. É correto afirmar que o empenho</p> <p>(A) de despesa é o ato praticado por autoridade competente que não cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.</p> <p>(B) é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de recebimento pendente ou não de implemento de condição.</p> <p>(C) de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.</p> <p>(D) de despesa é o ato praticado por servidor público que cria para o Estado o direito de pagamento.</p> <p>(E) de receita é o ato emanado de autoridade competente que cria o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.</p>	<p style="text-align: center;">ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO</p> <p>96. Considere uma economia aberta e que não esteja operando em pleno emprego. A taxa de câmbio é fixa e há livre movimento de capitais entre o país e o exterior. Uma expansão nos gastos do governo deve produzir</p> <p>(A) elevação da taxa de desemprego, qualquer que seja a fonte de financiamento dos gastos do governo.</p> <p>(B) elevação da taxa de juros, mesmo que haja forte expansão da oferta de moeda.</p> <p>(C) expansão do produto e da oferta de moeda da economia.</p> <p>(D) redução do produto e do nível de preços da economia.</p> <p>(E) aumento da taxa de desemprego e deflação.</p>
<p>93. A liquidação de despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Com relação a essa verificação é INCORRETO afirmar que tem por fim apurar</p> <p>(A) a origem e o objeto do que se deve pagar.</p> <p>(B) os comprovantes da entrega do material ou da prestação do serviço.</p> <p>(C) a importância exata a pagar.</p> <p>(D) a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.</p> <p>(E) a origem e o objeto do que se deve pagar e a importância exata a pagar.</p>	<p>97. No segundo semestre de 2004, o Banco Central do Brasil elevou a taxa de juros Selic. É provável que a autoridade monetária tenha feito o seguinte diagnóstico:</p> <p>(A) O país experimentava uma inflação de demanda que poderia ser contida por meio da redução do consumo das famílias.</p> <p>(B) O país precisava expandir seu nível de atividade para reverter os déficits da balança comercial.</p> <p>(C) O nível da oferta monetária estava muito elevado e os agentes econômicos deveriam retirar seus recursos do sistema bancário.</p> <p>(D) O país enfrentava uma inflação de custos decorrente da elevação dos preços do petróleo.</p> <p>(E) A elevação das taxas de juros promoveria a redistribuição de renda em favor dos assalariados de menor renda.</p>
<p>94. Na Lei de Orçamento para efeito de classificação da despesa considera-se material permanente o de duração</p> <p>(A) inferior a um ano.</p> <p>(B) igual a 18 meses.</p> <p>(C) igual ou superior a um ano.</p> <p>(D) inferior a dois anos.</p> <p>(E) superior a dois anos.</p>	<p>98. São fatos que tendem a reduzir um superávit no balanço de pagamentos de um país:</p> <p>(A) elevação da taxa de juros interna, aumento do nível de atividade econômica e desvalorização real da taxa de câmbio.</p> <p>(B) redução da taxa de juros interna, diminuição do nível de atividade econômica e desvalorização real da taxa de câmbio.</p> <p>(C) elevação da taxa de juros interna, diminuição do nível de atividade econômica e valorização real da taxa de câmbio.</p> <p>(D) redução da taxa de juros interna, aumento do nível de atividade econômica e valorização real da taxa de câmbio.</p> <p>(E) redução da taxa de juros interna, aumento do nível de atividade econômica e desvalorização real da taxa de câmbio.</p>
<p>95. É correto afirmar que caso não se possa determinar o montante exato da despesa,</p> <p>(A) o empenho da despesa não poderá ser realizado.</p> <p>(B) o empenho da despesa será feito sem estabelecer o valor.</p> <p>(C) o empenho da despesa será feito por estimativa.</p> <p>(D) o valor da despesa constará como sendo um limite máximo.</p> <p>(E) o empenho da despesa será feito com o valor real da despesa.</p>	<p>99. São funções próprias da administração de empresas:</p> <p>(A) atestar e coordenar.</p> <p>(B) planejar e dirigir.</p> <p>(C) registrar e controlar.</p> <p>(D) organizar e conferir.</p> <p>(E) demonstrar e divulgar.</p> <p>100. A administração pública do Estado de Minas Gerais tem duplo controle. Trata-se dos controles</p> <p>(A) pessoal e funcional.</p> <p>(B) formal e informal.</p> <p>(C) público e privado.</p> <p>(D) temporal e atemporal.</p> <p>(E) interno e externo.</p>